

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

### Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. (Linx, Companhia) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

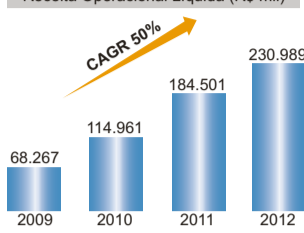
• **Mensagem da Administração** - O ano de 2012 foi importante para que a Linx seguisse focando esforços em consolidar sua liderança em sistemas de gestão para o varejo. Em Agosto entramos na vertical de Food Service, através da aquisição da Compacta, empresa em rápido crescimento, tecnologia em "cloud" e foco em redes de franquias baseadas em praças de alimentação de shopping centers. No dia 8 de fevereiro de 2013 a Linx fez a sua oferta inicial de ações (IPO) na BM&FBovespa, aderindo ao Novo Mercado, modalidade que atende ao nível máximo das melhores práticas de Governança Corporativa. Foram ofertadas 19.550.000 de ações, incluindo o lote suplementar, ao valor de R\$27,00 por ação, o que deixa a Companhia com um free float (ações que não estão em poder dos acionistas controladores da Companhia) de aproximadamente 67%. Os recursos oriundos da oferta primária auxiliarão no crescimento da Linx através de aquisições e complemento do capital de giro. Com isso, a Companhia escreve mais um capítulo na sua história de sucesso, que já conta com acelerado ritmo de crescimento, alta recorrência de receita, base de clientes ampla, fiel e diversificada, rentabilidade e liderança no mercado em que atua. A administração avalia que a Linx inicia o ano de 2013 preparada para acompanhar o crescimento e aproveitar as oportunidades referentes ao mercado de varejo brasileiro, bem como os desafios de uma empresa de capital aberto.

### • Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão para o varejo brasileiro. A Companhia está presente no mercado há 27 anos oferecendo aos seus clientes sistemas de gestão empresarial integrados que contemplam toda a cadeia de varejo, partindo dos softwares de automação comercial, que realizam todas as operações necessárias do ponto de venda (POS), até o Enterprise resource planning (ERP) completo, além de soluções de conectividade, transferência eletrônica de fundos, e-commerce, CRM, mobilidade totalmente integradas, dentre outras ofertas.

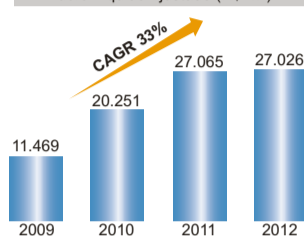
• **Desempenho Operacional e Financeiro das Operações Continuadas** - A receita operacional líquida (ROL) cresceu 25% no período, passando de R\$184,5 milhões em 2011 para R\$230,9 milhões em 2012.

### Receita Operacional Líquida (R\$ mil)



O custo do serviço prestado representou 28% da ROL no exercício, gerando margem bruta de 72%. As despesas de vendas, gerais e administrativas (VG&A) representaram 57% da ROL em 2012, em comparação a 54% em 2011, principalmente, devido ao earn-out pago no segundo trimestre de 2012 aos antigos proprietários da CSI, um evento não recorrente. O lucro líquido ajustado ao earn-out da CSI foi de R\$27 milhões, 0,1% menor que o de 2011, sendo este resultado também afetado pelo evento acima citado.

### Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)



### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.805	28.561	47.734	79.129	Fornecedores	1	1	4.289	6.024	
Contas a receber de clientes	6	300	-	45.891	38.755	Empréstimos e financiamentos	11	2.068	1.951	5.030	10.555
Estoques		-	-	137	106	Obrigações trabalhistas	12	5	112	12.741	12.298
Impostos a recuperar		1.451	997	4.707	4.301	Impostos e contribuições a recolher		-	2.293	1.193	
Empréstimos a partes relacionadas	7	2.151	2.040	-	-	Imposto de renda e contribuição social		6	69	2.011	2.015
Dividendos a receber	7	-	6.920	-	-	Contas a pagar por aquisição de controladas	13	-	-	11.417	19.927
Outros créditos		1.625	246	5.459	1.964	Receita diferida	4,8	-	-	9.057	2.614
		14.332	38.764	103.928	124.255	Dividendos a pagar	7	-	3.657	-	3.657
						Outras contas a pagar		87	257	1.294	3.628
								2.167	6.047	47.132	61.911
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>						Empréstimos e financiamentos	11	41.303	3.252	42.548	8.404
Empréstimos a partes relacionadas	7	41.303	3.252	-	-	Contas a pagar por aquisição de controladas	13	-	-	35.631	32.363
Depósitos judiciais		-	-	351	179	Passivo fiscal diferido	14	-	-	16.424	6.094
Outros créditos		-	-	84	-	Outras contas a pagar		-	-	265	559
		41.303	3.252	435	179			41.303	3.252	94.868	47.420
<b>Investimentos</b>	8	221.278	214.438	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Imobilizado</b>	9	-	-	26.054	23.480	Capital social	15	2.688	2.688	2.688	2.688
<b>Intangível</b>	10	-	-	245.026	208.572	Reserva de capital		210.252	210.252	210.252	210.252
		262.581	217.690	271.515	232.231	Reservas de lucros		19.809	13.924	19.809	13.924
		276.913	256.454	375.443	356.486	Dividendos adicionais propostos		694	20.291	694	20.291
								233.443	247.155	233.443	247.155
								276.913	256.454	375.443	356.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### • Governança Corporativa

A Linx é participante do Novo Mercado, segmento de mais alto padrão de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

**Conselho de Administração:** A Companhia possui 9 conselheiros de administração, sendo 4 conselheiros independentes segundo o código de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Os seus currículos, assim como o dos diretores da Companhia, podem ser encontrados no site [rl.linx.com.br](http://rl.linx.com.br).

**Arbitragem:** Pelo regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, os acionistas controladores, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem resolver qualquer disputa relacionada ou oriunda às regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, quanto a sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos através da arbitragem.

• **Declaração da Diretoria Estatutária** - Em observância às disposições constantes ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, autorizando a sua divulgação.

• **Relacionamento com Auditores Independentes** - As demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente. Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram contratados os seguintes serviços: (i) serviços de "Due Diligence", (ii) revisão legal dos atos societários (iii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica. Tais serviços totalizaram R\$ 369 mil, que representaram, aproximadamente, 99% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício. Os serviços de "Due Diligence" foram contratados em 13 de junho de 2012 e foram prestados até 31 de dezembro de 2012. Os serviços de revisão legal foram contratados em 01 de março de 2010 e serão prestados até 31 de dezembro de 2013. O serviço de revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica foi contratado em 01 de março de 2010 e foram prestados até 31 de dezembro de 2012. Em relação a esses serviços a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

A Diretoria

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita operacional líquida	17	-	-	20.989	184.501
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(65.534)	(48.433)
<b>Lucro bruto</b>				<b>165.554</b>	<b>136.068</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Outras receitas operacionais	18	-	6	160	62
Administrativas e gerais	18	(164)	(539)	(69.570)	(54.109)
Pesquisa e desenvolvimento	10/18	-	-	(24.677)	(21.224)
Vendas	18	(1)	-	(34.491)	(23.915)
Resultado da equivalência patrimonial	8	21.081	22.647	-	-
Outras despesas operacionais	18	(316)	(145)	(2.648)	(528)
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>					
Receitas financeiras	19	2.295	5.257	6.974	12.539
Despesas financeiras	19	(870)	(37)	(7.712)	(13.661)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>					
1.425	5.220	(738)	(1.122)		
<b>Lucro antes dos impostos</b>					
22.025	27.189	33.491	35.232		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(7.260)	(3.072)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(124)	(4.206)
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>					
22.025	27.065	22.025	27.065		
<b>Prejuízo das operações descontinuadas</b>	22	(4.721)	(6.029)	(4.721)	(6.029)
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
17.304	21.036	17.304	21.036		
<b>Lucro por ação</b>					
Lucro por ação-básico e diluído (em Reais)		1.2794	1.8080		
Quantidade de ações		13.524.889	11.634.960		
<b>Lucro por ação-operações continuadas</b>					
Lucro por ação-básico e diluído (em Reais)		1.6285	2.3262		
Quantidade de ações		13.524.889	11.634.960		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício		17.304	21.036	17.304	21.036
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>17.304</b>	<b>21.036</b>	<b>17.304</b>	<b>21.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais		17.304	21.036	17.304	21.036
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>					
Depreciação e amortização		-	-	25.475	20.228
Resultado de equivalência patrimonial	(21.081)	(22.647)	-	-	-
Operações descontinuadas	4.721	6.029	-	-	-
Resultado na venda de imobilizados e intangíveis	-	-	3.188	1.293	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	430	59	
Encargos financeiros	-	-	4.843	9.221	
Impostos diferidos	-	-	10.330	2	
Impostos correntes	-	-	4.206	5.095	
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>					
Contas a receber de clientes	(300)	-	(6.873)	(11.562)	
Estoques	-	-	(31)	40	
Impostos a recuperar	(454)	(988)	(385)	(686)	
Outros créditos e depósitos judiciais	(1.379)	(226)	(3.751)	1.716	
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>					
Fornecedores	-	1	(1.836)	(3.239)	
Obrigações trabalhistas	(107)	84	58	4.344	
Impostos e contribuições a recolher	(63)	33	(150)	(257)	
Receita diferida	-	-	6.443	1.063	
Outras contas a pagar	(160)	766	(2.628)	218	
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.227)	(5.095)	
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	(1.519)	4.088	52.396	43.476	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(9.993)	(14.633)	
Aquisição de ativo intangível	-	-	(12.859)	(11.713)	
Aquisição de empresa menos caixa líquido	-	-	(33.154)	(63.889)	
Alienação de ativo imobilizado	-	-	975	409	
Alienação de operações descontinuadas, líquido de caixa	2.075	-	-	-	
Investimentos em controladas	(3.284)	(136.670)	-	-	
Dividendos recebidos	17.645	11.234	-	-	
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos</b>	16.436	(125.436)	(55.031)	(89.826)	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	-	43.300	8.561	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(12.486)	(44.397)	
Encargos financeiros pagos	-	-	(4.843)	(8.344)	
Pagamentos de aquisição de controladas	-	-	(20.058)	(15.197)	
Dividendos pagos	(34.673)	(11.233)	(34.673)	(11.233)	
Integralização de capital	-	165.001	-	165.001	
Gastos com emissão de ações	-	(3.879)	-	(3.879)	
<b>Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamentos</b>	(34.673)	149.889	(28.760)	90.512	
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
(19.756)	28.541	(31.395)	44.162		
<b>Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício	28.561	20	79.129	34.967	
No fim do período	8.805	28.561	47.734	79.129	
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
(19.756)	28.541	(31.395)	44.162		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Recargas	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Venda de serviços e mercadorias	-	-	255.083	199.776	
Outras receitas	-	6	160	62	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(430)	(59)	
<b>Insusos adquiridos de terceiros</b>					
Custo de serviços e mercadorias vendidas	1	-	18.171	13.339	
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais		118	56	25.784	
<b>Valor adicionado bruto</b>					
119	56	43.955	32.546		
Depreciação e amortização	-	-	25.475	20.228	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	(119)	(50)	185.383	147.005	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	21.081	22.647	-	-	
Receitas financeiras	2.295	5.257	6.974	12.539	
Outras despesas	(316)	(145)	(2.218)	(469)	
Operações descontinuadas	(4.721)	(6.029)</			

**3. Base de preparação**

**3.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2013. **3.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4 Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota Explicativa nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Nota Explicativa nº 9 - Vida útil dos ativos imobilizados; Nota Explicativa nº 10 - Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill; Nota Explicativa nº 14 - Utilização dos créditos fiscais

**4. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo. Adicionalmente, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificada para fins de representação das operações descontinuadas em 2012, como se estas tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 (Veja Nota Explicativa nº 22). Outras reclassificações também foram processadas no fluxo de caixa da Companhia como segue: (i) Reclassificação parcial do saldo de outras contas a pagar do grupo de atividades operacionais para o saldo de alienação do ativo imobilizado (valor recebido na venda de itens do imobilizado) no grupo de atividades de investimento, no montante de R\$ 409 (Consolidado). (ii) Reclassificação do saldo de resultado de equivalência patrimonial para operações descontinuadas do grupo de atividades operacionais no montante de R\$ 6.029 (Controladora).

(iii) Reclassificação do saldo de Contas a receber de clientes para provisão para devedores duvidosos do grupo de atividades operacionais no montante de R\$ 59 (Consolidado). (iv) Reclassificação do saldo de impostos e contribuições a recolher para impostos correntes do grupo de atividades operacionais no montante de R\$ 5.095 (Consolidado). **4.1 Base de consolidação - 4.1.1 Combinações de negócios** - Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo. Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. **4.1.2 Controladas** - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo da equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

**4.1.3 Consolidação** - As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia Linx S.A. e das suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/12	31/12/11
Controlada Direta		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Fast Fashion Armazém Geral Ltda.	-	99,99%
Linx Serviços em Prevenção de Perdas Ltda.	-	99,99%
Controlada Indireta		
Microvix Software S/A.	-	100,00%

No dia 31 de maio de 2012, a MICROVIX foi incorporada pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda. No dia 24 de junho de 2012, a Companhia vendeu a sua controlada Linx Fast Fashion Armazém Geral Ltda. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 8. A Linx Serviços em Prevenção de Perdas Ltda. foi encerrada no dia 30 de setembro de 2012. **4.1.4 Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrup, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrup, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2 Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **4.3 Instrumentos financeiros - 4.3.1 Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **4.3.2 Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar. **4.3.3 Capital social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Ações preferenciais** - Embora as ações preferenciais tenham características de resgatáveis, tais ações são classificadas no patrimônio líquido, pois serão resgatadas somente por opção da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **4.3.4 Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **4.4 Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **4.5 Ativos intangíveis e ágio - Ágio** - O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **Pesquisa e desenvolvimento** - As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os custos subsequentes são capitalizados somente quando o aumento os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

• Software	5 anos
• Desenvolvimento de software	3 anos
• Tecnologia aquisições	3-6 anos
• Carteira de clientes aquisições	12-20 anos
• Acordo de não concorrência aquisições	5 anos

**4.5 Redução ao valor recuperável (Impairment) - 4.6.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupa-

mento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **4.6.2 Ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O *goodwill* e os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração do Grupo não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.7 Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.8 Receita operacional** - A receita da Companhia é dividida em dois grupos: • **Receitas de manutenção** são consideradas receitas recorrentes e compreendem atualizações dos "software", suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Essas receitas são faturadas mensalmente. As receitas relativas a manutenção são reconhecidas no resultado mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. • **Receitas de serviço** são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos "software" e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida no balanço patrimonial. **4.9 Ativos arrendados** - Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente para o Grupo todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Todos os contratos de arrendamentos operacionais são canceláveis a qualquer momento. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **4.10 Receitas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **4.11 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.12 Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **4.13 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme facultado pela legislação tributária, a empresa Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. adota o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das recel tas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **4.14 Benefício de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **4.16 Demonstrações de valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **4.17 Informação por segmento** - Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. **4.18 Novas normas e interpretações ainda não adotadas** - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)** - O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge. O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros do Grupo, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração a suas normas pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. **IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosures of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades)** O IFRS 10 /CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. Em decorrência disso, o Grupo talvez mude a sua conclusão de consolidação em relação a investidas, que pode gerar mudanças na forma atual de contabilização de tais investidas. De acordo com o IFRS 11 /CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, consequentemente, da contabilização subsequente. • A participação do Grupo em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação do Grupo sobre esses ativos e passivos. • A participação do Grupo em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial. O Grupo não possui negócios em conjunto, sendo assim, esse pronunciamento não gera

**8.2 Informações sobre controladas**

	Linx Sistemas	Linx Logística *	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Linx S/A	Total	Operação descontinuada
31 de dezembro de 2011							
Participação	99,99	99,99	99,99	99,99	-	-	99,99
Ativos Circulantes	84.552	-	3.751	2.164	29.556	120.023	4.232
Ativos não circulantes	226.127	-	3.624	-	-	229.751	2.480
Total de ativos	310.679	-	7.375	2.164	29.556	349.774	6.712
Passivos circulantes	55.738	-	2.790	1.454	(2.896)	57.086	5.091
Passivos não circulantes	50.171	-	-	(137)	-	50.034	(2.880)
Total de passivos	105.909	-	2.790	1.317	(2.896)	107.120	2.211
Patrimônio Líquido	204.770	-	4.585	847	32.452	242.654	4.501
Receita	158.669	2.088	11.876	5.833	-	178.466	16.498
Despesas	(139.134)	(1.680)	(8.903)	(6.102)	-	(155.819)	(22.527)
Lucro ou prejuízo	19.535	408	2.973	(269)	-	22.647	(6.029)
Equivalência Patrimonial	19.535	408	2.973	(269)	-	22.647	(6.029)
31 de dezembro de 2012							
Participação	99,99	-	99,99	99,99	-	-	99,99
Ativos Circulantes	85.854	-	4.112	1.780	12.181	103.927	-
Ativos não circulantes	266.280	-	5.236	-	-	271.516	-
Total de ativos	352.134	-	9.348	1.780	12.181	375.443	-
Passivos circulantes	43.345	-	2.492	1.279	281	47.397	-
Passivos não circulantes	94.809	-	-	(206)	-	94.603	-
Total de passivos	138.154	-	2.492	1.073	281	142.000	-
Patrimônio Líquido	213.980	-	6.856	707	11.900	233.443	-
Receita	196.238	-	15.152	7.329	-	218.719	-
Despesas	(177.288)	-	(12.881)	(7.469)	-	(197.638)	(8.137)
Lucro ou prejuízo	18.950	-	2.271	(140)	-	21.081	(2.131)
Equivalência Patrimonial	18.950	-	2.271	(140)	-	21.081	(2.131)

\* Os valores apresentados acima em 31 de dezembro de 2011 da controlada Linx Logística referem-se à data-base 31 de agosto de 2011, data da incorporação pela Linx Sistemas.

**8.3 Movimentação dos investimentos**

	Linx Sistemas	Linx Logística	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Linx Fashion	Linx Fast	Linx Prevenção	Outros	Total
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2010	70.027	1.716	4.448	210	3.828	1	(265)	79.965	
Equivalência Patrimonial	19.535	408	2.973	(269)	-	-	-	22.647	
Equivalência Patrimonial de operação descontinuada	-	-	-	-	(2.967)	-	(3.062)	(6.029)	
Aumento de Capital	126.670	-	-	1.000	3.500	5.500	-	136.670	
Dividendos a Receber	(11.969)	(955)	(2.836)	(94)	(2.300)	-	-	(18.154)	
Outras movimentações	507	(1.169)	-	-	1	-	-	(661)	
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2011	204.770	-	4.585	847	2.062	2.439	(265)	214.438	
Equivalência Patrimonial	18.950	-	2.271	(140)	-	-	-	21.081	
Equivalência Patrimonial de operação descontinuada	-	-	-	-	(677)	-	(1.454)	(2.131)	
Dividendos a Receber	(10.725)	-	-	-	-	-	-	(10.725)	
Aumento de Capital	985	-	-	2.299	-	-	-	3.284	
Venda de investimento	-	-	-	-	(3.684)	(985)	-	(4.669)	
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2012	213.980	-	6.856	707	-	-	(265)	221.478	

**9. Imobilizado**

	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Outros componentes	Total do ativo Imobilizado
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.186	5.561	3.829	6.712	1.990	4.509	36.787
Adições	1.989	2.386	47	3.299	2.050	598	

	Consolidado								
	Software	Desenvolvimento de Software	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	Outros componentes	Total do ativo Intangível
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.338	26.193	28.832	34.790	35.252	772	104.062	81	235.320
Adições	2.872	9.987	-	-	-	-	-	-	12.859
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	44.596	-	44.596
Baixas	(159)	-	-	-	-	-	-	-	(159)
Transferência	-	-	4.507	10.709	9.363	-	(24.579)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<b>8.051</b>	<b>36.180</b>	<b>33.339</b>	<b>45.499</b>	<b>44.615</b>	<b>772</b>	<b>124.079</b>	<b>81</b>	<b>292.616</b>
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(2.685)	(11.705)	-	(8.562)	(3.488)	(308)	-	-	(26.748)
Adições	(1.025)	(9.366)	-	(7.607)	(2.756)	(154)	-	-	(20.908)
Baixas	39	27	-	-	-	-	-	-	66
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<b>(3.671)</b>	<b>(21.044)</b>	<b>-</b>	<b>(16.169)</b>	<b>(6.244)</b>	<b>(462)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47.590)</b>
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.380	15.136	33.339	29.330	38.371	310	124.079	81	245.026
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.653	14.488	28.832	26.228	31.764	464	104.062	81	208.572
Taxa média de amortização anual	20%	33,33%	-	22,22%	6,67%	20%	-	-	-

**Desenvolvimento de software** - A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos com objetivo de vendê-los aos clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi amortizado R\$ 9.366 (R\$ 7.279 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Conforme comentado anteriormente, essa amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do exercício. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 24.677 (R\$ 21.224 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos. **Análise de recuperabilidade - Ágio** - Em 31 de dezembro de 2012 foi efetuado o teste de recuperação, considerando o planejamento de longo prazo até 2020, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atuante no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes: As receitas foram projetadas entre 2013 e 2020 considerando o crescimento da base de clientes. Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia. Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2012, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 4,2%, equivalente à média do crescimento do PIB dos últimos 5 anos. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a taxa de desconto de 16,10% ao ano. Em 31 de dezembro de 2012 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio. **Outros** - As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica despesas operacionais administrativas e gerais.

**11. Empréstimos e financiamentos**

Tipo	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Capital de Giro	100% CDI + juros de 1,21% a.a	-	-	-	626	7.751
Cartão de crédito-BNDES	0,98% a.m.	-	-	-	216	704
Empréstimo-BNDES	TJLP + 1% a.a.	15/08/2014	(b)	3.265	5.203	3.265
Empréstimo-BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	15/03/2018	(d)	40.106	-	40.106
Leasing Financeiro	Juros pré-fixados de 0,00064% a 1,7841% ao mês	02/02/2016	(a)	-	-	3.365
				<b>43.371</b>	<b>5.203</b>	<b>47.578</b>
				<b>2.068</b>	<b>1.951</b>	<b>5.030</b>
				<b>41.303</b>	<b>3.252</b>	<b>42.548</b>

Parcela a amortizar no curto prazo  
Classificada no passivo circulante  
Passivo não circulante

O montante classificado no passivo não circulante no consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Consolidado	
Ano	31/12/12
2014	9.841
2015	10.187
2016	10.009
2017	10.000
2018	2.511
	<b>42.548</b>

**Operações com terceiros - (a)** As garantias são constituídas pelos próprios bens adquiridos, sendo veículos e máquinas e equipamentos, registrados no ativo imobilizado. **Partes relacionadas - (b)** Refere-se ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, atualizado pela TJLP, acrescido juros de 1% à 1,5% ao ano. **(c)** Contas a pagar referente à utilização do cartão de crédito concedido pelo BNDES, com juros de 0,98% ao mês. **(d)** O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente para demonstrativos financeiros consolidados: a) Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 65%; b) Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0; c) EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%. Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotados as seguintes definições e critérios: • EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização; • Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades. Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida de decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma "conta centralizadora" aberta para tal fim, bem como manter até o final da liquidação da dívida recursos suficientes para o pagamento de, no mínimo: (i) 06 (seis) vezes da maior prestação devida ao BNDES; ou (ii) 15% (quinze por cento) do saldo devedor, o que for maior. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*). **(e)** O saldo em 31 de dezembro de 2012 de capital de giro refere-se a saldo bancário devedor da controlada Linx Telecomunicações Ltda., reclassificada como empréstimo.

**12. Obrigações trabalhistas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Provisão de férias e encargos sociais	-	-	7.472	6.696
INSS a recolher	5	32	1.463	1.649
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	-	80	2.404
FGTS a pagar	-	-	786	652
Salários a pagar	-	-	484	528
Outros	-	-	917	369
	<b>5</b>	<b>112</b>	<b>12.741</b>	<b>12.298</b>

**13. Contas a pagar por aquisição de controladas**

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Parcelas não sujeitas à atualização	10.395	7.718
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	14.654	17.546
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	11.415	10.826
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	8.540	16.200
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	2.044	-
	<b>47.048</b>	<b>52.290</b>
Passivo circulante	<b>11.417</b>	<b>19.927</b>
Passivo não circulante	<b>35.631</b>	<b>32.363</b>

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Consolidado	
Ano	31/12/12
2014	12.502
2015	15.915
2016	5.170
2018	2.044
	<b>35.631</b>

**14. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes da tributação	22.025	27.189	33.491	35.232
Lucro das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(4.285)	(4.441)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	22.025	27.189	29.206	30.791
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(7.489)	(9.244)	(9.930)	(10.469)
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.168	7.700	-	-
Outras diferenças líquidas	321	1.420	(669)	1.052
Lei 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e Desenvolvimento)	-	-	2.719	2.958
Outros ajustes	-	-	-	-
Baixa de imposto diferido Linx Prevenção de Perdas	-	-	(1.572)	-
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	(2.014)	(1.708)
	<b>124</b>	<b>(11.466)</b>	<b>(8.167)</b>	<b>(3.072)</b>
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(7.260)	(3.072)
- Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(124)	(4.206)	(5.095)
Alíquota efetiva	0%	0%	39%	27%

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária, têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	26.862	27.103
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	206	3.318
Impostos diferidos sobre ativos intangíveis identificados nas aquisições	(34.458)	(29.678)
Impostos diferidos sobre amortização fiscal de ágios	(9.034)	(6.775)
Amortização acelerada de desenvolvimento de software	-	(62)
	<b>(16.424)</b>	<b>(6.094)</b>

Movimentação dos impostos diferidos em situação temporária:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
<b>Saldo inicial</b>	(6.094)	(6.092)
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(2.411)	(469)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(3.112)	3.126
Impostos diferidos sobre ativos intangíveis identificados nas aquisições	(4.780)	(1.670)
Impostos diferidos sobre amortização fiscal de ágios	(2.259)	(2.258)
Amortização acelerada de desenvolvimento de software	62	1.269
<b>Saldo final</b>	<b>(16.424)</b>	<b>(6.094)</b>

A controlada Linx Telecomunicações, espera realizar os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no próximo cinco anos.

**15. Patrimônio líquido**

**Capital social** - Em 30 de junho de 2011 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a emissão de 2.759.983 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações preferenciais emitidas foi integralizada em 30 de junho de 2011 pelo GA Brasil II Fundo de Investimento em Participações pelo preço total de R\$ 129.196 dos quais R\$ 542 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 128.654 foram destinados à conta de reserva de capital. Em 24 de agosto de 2011 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a emissão de 764.906 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações preferenciais emitidas foi integralizada em 30 de junho de 2011 pelo BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), pelo preço total de R\$ 35.805 dos quais R\$ 158 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 35.647 à conta de reserva de capital. Em 14 de dezembro de 2012, a até então, controladora final da Companhia, Medate Participações S.A. foi extinta. Após a integralização de capital acima e a extinção da Medate, o capital social atingiu o montante de R\$ 2.688. O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações		Total
	ordinárias	preferenciais	
Nécio José Monteiro Fernandes	2.629.264	-	2.629.264
Alberto Menache	2.343.068	-	2.343.068
Alan Dayan	2.058.689	-	2.058.689
Daniel Mayo	199.525	-	199.525
Dennis Herszkowicz	139.874	-	139.874
Aparecido Elias Raposo	7.773	-	7.773
Flávio Mambreu Menezes	99.280	-	99.280
Marcos Akira Takata	99.280	-	99.280
Jean Carlo Klaumann	21.364	-	21.364
Dario De Sena Gouvêa	31.870	-	31.870
BNDES Participações S/A.	-	2.934.919	2.934.919
GA Brasil II Fundo de Investimento em Participações	-	2.759.983	2.759.983
	<b>7.829.987</b>	<b>5.694.902</b>	<b>13.524.889</b>

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, incluindo o direito de voto e dividendos. Todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias. Vide Nota Explicativa nº 26. **Reserva de capital** - É constituída de ágio na subscrição de capital no montante de R\$ 214.131 e custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais no montante de R\$ 3.879 registrados em conta redutora. **Gastos com emissão de ações** - Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações no montante de R\$ 3.879, foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido, em uma conta de reserva de capital. **Reserva legal** - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O limite de constituição foi atingido em 31 de

**20. Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco operacional - **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 6). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais. Em 31 de dezembro de 2012 a exposição máxima no consolidado era de R\$ 93.625 (R\$ 117.884 em 2011) referente ao caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	4.289	-	-	-	4.289
Empréstimos e financiamentos	8.371	24.619	21.791	2.529	57.310
Contas a pagar por aquisição de controladas	12.332	14.455	23.233	2.965	52.985
	<b>24.992</b>	<b>39.074</b>	<b>45.024</b>	<b>5.494</b>	<b>114.584</b>

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco de mercado** - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida refinanciada ao TJLP, IPCA, IPC e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrado abaixo na análise da sensibilidade. **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladoras. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. **Análise dos instrumentos financeiros** - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações financeiras :

	Consolidado			
	Valor Contábil 31/12/12	Valor Justo 31/12/11	Valor Justo 31/12/12	Valor Justo 31/12/11

Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	47.734	79.129	47.734	79.129
Contas a receber de clientes	45.891	38.755	45.891	38.755
Outros créditos	5.459	1.964	5.459	1.964
Total	<b>99.084</b>	<b>119.848</b>	<b>99.084</b>	<b>119.848</b>
Passivos Financeiros				
Fornecedores	4.289	6.024	4.289	6.024
Empréstimos e financiamentos	47.578	18.959	47.578	18.959
Contas a pagar por aquisição de controladas	47.048	52.290	47.048	52.290
Dividendos a pagar	-	3.657	-	3.657
Outras contas a pagar	1.559	4.187	1.559	4.187
Total	<b>100.474</b>	<b>85.117</b> </		

**24. Lucro por ação**

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro líquido do exercício	22.025	27.065
Numero médio ponderado de ações	13.524.889	11.634.960
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	1,6285	2,3262

**Operações continuadas**

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro líquido do exercício	17.304	21.036
Numero médio ponderado de ações	13.524.889	11.634.960
Lucro por ação - básico e diluído (em Reais)	1,2794	1,8080

As ações preferenciais recebem o mesmo tratamento que as ações ordinárias visto que tem disposições semelhantes.

**25. Pagamento com base em ações**

No dia 04 de dezembro de 2012 a Companhia aprovou o Plano de Opção de compra de Ações de Emissão da Companhia e o pagamento baseado em ações para os funcionários. Em 31 de dezembro de 2012, nenhuma outorga foi concedida.

**26. Eventos subsequentes**

• No dia 06 de fevereiro de 2013 a Companhia obteve o registro de capital aberto concedido pelo Conselho de Valores Monetários - CVM; • No dia 06 de fevereiro de 2013 foi deliberado pelos acionistas a aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais classe A, ações preferenciais classe B e ações preferenciais classe C de emissão da Companhia, em ações ordinárias da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial classe A, cada ação preferencial classe B e cada ação preferencial classe C, conforme o caso; • No dia 06 de fevereiro de 2013 foi

deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 298.350 (duzentos e noventa e oito milhões, trezentos e cinquenta mil reais) o qual passará de R\$ 2.688 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 301.038 (trezentos e um milhões, trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), mediante a emissão de 11.050.000 (onze milhões e cinquenta mil) novas Ações Ordinárias, que serão objeto de oferta pública de distribuição primária a ser realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou, para os fins da Instrução CVM 400, "Coordenador Líder"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Morgan Stanley e o BTG Pactual, "Coordenadores"), sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme o procedimento previsto na Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e ("Oferta"), a qual foi aprovada pela Companhia em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2012. Serão realizados esforços de venda nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act of 1933 ("Securities Act"), dos Estados Unidos da América, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act e, nos demais países, para investidores institucionais de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a Regulation S editada pela SEC; • No dia 06 de fevereiro de 2013 foi deliberada a distribuição de dividendos com base no lucro líquido da Companhia conforme apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a serem integralmente descontados da conta do fundo de resgate, aos acionistas da Companhia assim considerados na presente

data, no valor total de R\$ 13.387 (treze milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e onze centavos), sem incidência de correção monetária e sem retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Os dividendos serão distribuídos aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia nesta data, à razão de R\$ 0,395912 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos intermediários ora aprovado será efetuado em 8 de fevereiro de 2013; • No dia 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 44.753 (quarenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais), passando, portanto, de R\$ 301.038 (trezentos e um milhões, trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos) para R\$ 345.791 (trezentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), mediante a emissão de 1.657.500 novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), em razão do exercício integral da opção outorgada ao BTG Pactual no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para a aquisição das Ações do Lote Suplementar ("Opção de Ações do Lote Suplementar") e de acordo com o Prospecto Definitivo da Oferta, conforme registrado na Comissão de Valores Mobiliários, com a exclusão do direito de preferência para a subscrição das Ações pelos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. O preço de emissão das Ações será o mesmo valor aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2013, ou seja, R\$ 27,00 (vinte e sete reais) por Ação. O Conselho de Administração deverá fazer com que seja submetida à deliberação e aprovação da Assembleia Geral da Companhia, tão logo oportuno, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, de forma a atualizar a expressão do seu capital social.

Eloisa Moraes Souza de Oliveira - Contadora CRC 1SP247057/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da Linx S.A. São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas** - Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Linx S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase** - Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Linx S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013



**KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6**  
**Wagner Petelin - Contador CRC 1SP142133/O-7**